AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O DIÁLOGO INTERCULTURAL SOB A PERSPECTIVAS DOS COORDENADORES DE CURSO DAS LICENCIATURAS DA UFPB: UM DEBATE DECOLONIAL

Sawana Araújo Lopes de Souza
Universidade Federal da Paraíba
sawana.lopes@gmail.com

Wilson Honorato Aragão
Universidade Federal da Paraíba
wilsonaragao@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As relações étnico-raciais e o diálogo intercultural sob a perspectiva da gestão precisam ser problematizadas e refletidas, visando a sua efetiva garantia e implementação. Estamos considerando que existe uma intensa luta do movimento negros, indígena em torno de uma política educacional que fortaleça e garanta o seu debate na formação inicial de professores. Diante dessa perspectiva, “[...] construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos [...]” (GOMES, 2017, p.22). Porém, entre o que está na legislação que orienta a educação brasileira e a realidade escolar existe uma grande distância. Essa tem sido a busca dos movimentos sociais, entidades científicas, universidades, profissionais da educação básica e a sociedade civil na busca pela garantia dessas políticas educacionais.

Nesse sentido, esse trabalho é um recorte do estudo de tese, que foi defendida em 2022. Nosso objetivo neste texto é compreender como as relações étnico-raciais e o diálogo intercultural estão sendo observados a partir dos coordenadores de curso de licenciatura da UFPB a fim de que possamos evidenciar a perspectiva decolonial no processo formativo dos professores.

No que concerne a metodologia, adotamos nesta investigação uma abordagem qualitativa, que consiste na interpretação dos dados que são obtidos (Minayo, 2011). Além disso, utilizamos a pesquisa de campo. O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista, que foi realizada com os coordenadores de graduação dos seguintes cursos¹: Letras – Língua

¹ Informamos que os presentes cursos foram aprovados a partir da Resolução CNE/CP nº 1/2015 que trata sobre a formação inicial e continuada dos professores

Portuguesa, Letras –Língua Espanhola, Pedagogia (Campus IV), Letras Clássicas, Pedagogia do Campo, Dança, Física, Letras – Inglês, Letras – Francês e Ciências Biológicas.

Destarte, faz-se necessário mencionar que as entrevistas foram analisadas à luz da análise de conteúdo (Bardin, 2011), conforme as seguintes etapas: i) pré-análise, define-se pela categorização dos dados que foram levantados com as entrevistas; ii) exploração do material, que consiste na “[...] aplicação sistemática das decisões tomadas [...]” e; iii) interpretação dos dados, dá-se em torno da relação entre os sujeitos que participaram da investigação com o objeto de pesquisa do pesquisador (Bardin, 2011, p. 131). Apontamos ainda que, o texto foi estruturado da seguinte forma: na apresentação dos resultados e discussões obtidos com a pesquisa, e as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

Centramo-nos, neste tópico, nas análises e discussões que foram obtidas na referida investigação, focando na categoria discussão decolonial, a qual compreendemos ser relevante para a perspectiva das relações étnico-raciais, indagando como se deu a inserção da temática das relações étnico-raciais e do diálogo intercultural na formação inicial de professores. Nesse sentido, torna-se necessário mencionar que o processo de incorporação dos componentes curriculares deu-se nos Projetos Pedagógicos de Curso a partir do seguinte processo: da colaboração do Núcleo Docente Estruturante, dos coordenadores de curso e dos estudantes, situações ocorridas durante as reuniões do colegiado de cada curso das licenciaturas.

Assim, o coordenador, denominado de CL – Campus I, compreende que a decolonialidade está baseada no fato do Centro de Educação (CE) assumir a organização e a sistematização desse componente curricular. O coordenador ressalta que, a partir do momento que o CE assumir esse componente, torna-se necessário que haja a criação de um departamento, conforme observamos em suas palavras:

Assim outras disciplinas do Centro de Educação, os fundamentos, metodologia didática. Né? É a questão dos estágios também é impossível mexer. E aí entraram essas novas disciplinas também, essas das relações étnico-raciais q/.../ essa disciplina teve que contar também no currículo. Né? Então o que é quer dizer? Pra/.../ pra colocar aquelas disciplinas de práticas como componentes curriculares, que não são os estágios/.../ quer dizer, foram criadas essas disciplinas (CL- Campus I, 2022)

A coordenadora **CD – Campus I** menciona que apesar de ter incorporado esse debate no primeiro processo de reformulação curricular com base na Resolução CNE/CP nº 2/2015 e tendo em vista que os cursos precisam passar por um novo processo, com base na Resolução

CNE/CP nº 2/2019. E em 2024 houve a aprovação de mais uma Resolução CNE/CP nº 4/2024 voltada para a formação de professores que orienta sobre a necessidade de se implementar práticas pedagógicas voltadas para essa área de investigação. Dessa forma, as coordenações, os professores e os profissionais da educação e os discentes precisam planejar as estratégias para que se implemente o debate das relações étnico-raciais e do diálogo intercultural na formação de professores. Nesse sentido, a orientação feita pela coordenação é para se buscar autores que pesquisem sobre a decolonialidade. A partir dessa orientação, analisamos o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e observamos que os componentes curriculares (Tradições populares, Corpo e movimento e Danças populares) da citada licenciatura possuíam orientação para que fossem trabalhadas as relações étnico-raciais e do diálogo intercultural sob a perspectiva decolonial.

Já a coordenadora **CLC – Campus I** aponta que o diálogo estabelecido nos componentes curriculares está contribuindo para a expandir a visão dos estudantes acerca da temática em estudo. A coordenadora **CPC – Campus I** salienta que a disciplina assume uma perspectiva decolonial devido a sua existência e por ser um resultado de uma política educacional.

Conforme as análises feitas anteriormente, constatamos que a perspectiva decolonial visa dar uma maior visibilidade sobre os conteúdos que podem encontrar-se em uma situação marginalizada ou que são abordados em datas comemorativas. Por acreditar que:

[...] assumem a questão racial como uma questão cultural, social, política e ideológica demandada na luta contra o racismo institucional na universidade, desencadeando um tipo de produção do conhecimento distinto do que até então vem sendo produzido no meio acadêmico, extrapolando a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento sobre os movimentos e seus sujeitos (Siss; Barreto, 2013, p.11).

Dessa forma, o fato de termos as disciplinas que tratem sobre as relações étnico-raciais e o diálogo intercultural na formação inicial de professores consiste em um significativo avanço, mas a reivindicação da materialização desses componentes nas práticas pedagógicas dos estudantes torna-se necessária. Sendo assim, Paro (2016) reforça a necessidade de integrarmos os sujeitos que estão envolvidos no processo formativo dos futuros professores.

Dessa forma, existem legislação como a Lei nº 10.639/2003, a Resolução CNE/CP nº 1/2004 e a Resolução CNE/CP nº 1/2015, Resolução CNE/CP nº 1/2019, Resolução CNE/CP nº 4/2024 que reforçam esse posicionamento de tornar esse debate obrigatório nas

licenciaturas, conforme indica Paro (2016). Compreendemos que a contribuição dos movimentos sociais, bem como a busca por atender a uma exigência de uma política educacional contribuem para esse processo. Desse modo, apesar de os coordenadores sinalizam a importância do debate das relações étnico-raciais e do diálogo intercultural, houve uma sinalização a respeito de como foi inserida essa temática nos PPCs, pois essa orientação veio de uma política educacional, mas não se pensou em um diálogo sobre como fazê-lo na prática.

CONCLUSÕES

Infere-se, com a presente pesquisa, que existe a necessidade de os coordenadores de curso terem uma orientação a respeito de como inserir o debate das relações étnico-raciais e do diálogo intercultural na formação inicial de professores. Indicamos que tal inserção pode ser realizada através da composição de componentes curriculares que abordem diretamente sobre a temática em estudo ou por meio de um trabalho interdisciplinar que precisa acontecer, para que aconteça o seu processo de implementação. Além disso, observamos que as políticas educacionais voltadas para o debate das relações étnico-raciais e do diálogo intercultural precisam ser construídas de forma coletiva e não assumir um caráter de “cima para baixo”, sem ouvir os profissionais da educação que estão inseridos nesse processo formativo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 229 p.2011.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-brasileira” e dá outras providências**. Brasília – DF, 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/110.639.htm>>. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

_____. **Resolução CNE/CP Nº 2 de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 154 p. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SISS, Ahyas; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Processos Formativos e as contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da UFES e da UFRRJ. **Revista Teias** v. 14. n. 34. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/issue/view/1325>. Acesso em 19 fev. 2019.